



Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de  
Serviços de Saúde do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 03 de março de 2015.

CIRCULAR 15/2015 - JURÍDICO

## **MTE DEVE IMPLANTAR ATÉ MARÇO DEZ PROGRAMAS PARA AUMENTAR ARRECADAÇÃO PARA O FUNDO DOS TRABALHADORES**

O Ministro do Trabalho, Manoel Dias (PDT), anunciou que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) deve lançar, até o final de março, 10 programas que juntos devem gerar mais de R\$ 10 bilhões em arrecadação extra para os fundos dos trabalhadores e, conseqüentemente, para a Previdência Social. A maioria desses projetos visa aumentar a fiscalização nos benefícios trabalhistas. Esse montante deverá se somar aos R\$ 18 bilhões que o governo pretende economizar por ano com as recentes mudanças nos benefícios trabalhistas e previdenciários.

Em entrevista à imprensa após participar de reunião na sede da Força Sindical, ele afirmou que dois programas serão lançados. O primeiro deles será a implantação da fiscalização eletrônica de empresas. A previsão é de que o total de companhias fiscalizadas aumente de 200 mil para 800 mil. O programa deverá gerar uma arrecadação extra de R\$2,7 bilhões. Ele havia falado aos sindicalistas em R\$2,6 bilhões, mas corrigiu. "O auditor vai poder fiscalizar mil empresas ao mesmo tempo sem sair do local de trabalho", disse.

O segundo programa a ser lançado será o de combate ao trabalho informal. A estimativa é de que o projeto deverá incluir mais de 500 mil trabalhadores na formalidade somente em 2015. Aumento que deverá render cerca de R\$ 2,6 bilhões de arrecadação extra aos fundos dos trabalhadores. Em discurso aos sindicalistas mais cedo, ele havia citado R\$ 2,5 bilhões, mas corrigiu posteriormente, durante entrevista à imprensa. "E a ideia é aumentar esses números nos outros anos", afirmou Dias.



Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de  
Serviços de Saúde do Estado do Rio de Janeiro

Um terceiro programa será o que prevê aumentar a fiscalização contra as chamadas “doenças profissionais”. De acordo como Ministro do Trabalho, o governo gasta atualmente R\$70 bilhões com pagamentos de benefícios a trabalhadores que possuem doenças. A ideia é dar mais rigor à concessão desses benefícios. O programa deverá gerar uma arrecadação extra de R\$1,2 bilhão para os fundos dos trabalhadores em 2015.

Outro programa citado por Dias será o que prevê a digitalização de multas aplicadas aos trabalhadores e empresas. Segundo ele, atualmente há cerca de 400 mil multas não cobradas. "A digitalização delas vai simplificar e facilitar a cobrança", explicou. Ainda não há previsão de quanto a medida deverá gerar de arrecadação extra. "Estamos criando ferramentas para combater fraudes. No caso do seguro desemprego, queremos também implantar a biometria e o pagamento de benefícios por poupança", acrescentou, sem dar detalhes.

Atenciosamente,

Liliane Vellozo S. Rezende  
Assessora Jurídica

Bernardo Safady Kaiuca  
Coordenador Jurídico